



Governo quer fim da pandemia por decreto

Em desacordo com a OMS, país passaria a viver uma endemia e medidas de proteção contra a covid-19 seriam relaxadas

» INGRID SOARES
» MARIA EDUARDA CARDIM
» GABRIELA BERNARDES*

Apesar de, nas últimas 24 horas, 578 pessoas terem morrido de covid-19 e de o país ter, atualmente, 650.578 óbitos pela doença, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que o Ministério da Saúde estuda rebaixar o status no Brasil de pandemia para endemia. Segundo ele, a mudança se dá por causa da melhora do cenário de infecções. Mas, para especialistas, a possível medida é vista como uma precipitação diante do número de casos e por dificultar as medidas de proteção.

“Em virtude da melhora do cenário epidemiológico, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, estuda rebaixar para endemia a atual situação da covid-19 no Brasil”, anunciou Bolsonaro nas redes sociais.

Ontem, o ministro se reuniu com o presidente, no Palácio do Planalto, para debater o assunto. E após a cerimônia alusiva ao Dia Mundial das Pessoas com Doenças Raras, ele adiantou a possibilidade de rebaixamento da pandemia e, embora não estimasse uma data, afirmou “estar perto”.

“Com certeza estamos perto de chegar nesse ponto. Já assistimos a uma queda do número de casos e de óbitos. Esperamos que essa redução seja sustentável e que a incidência da doença diminua. E, aí, é nesse contexto que se considera o rebaixamento do caráter de pandemia para endemia”, explicou.

A pasta confirmou que já adota as medidas necessárias para reclassificar o status da covid-19 no país. “O Ministério da Saúde avalia a medida, em conjunto com outros ministérios e órgãos competentes, levando em conta o cenário epidemiológico e o comportamento do vírus no país”, declarou.

Caso a decisão seja aplicada, a covid deixará de ser emergência de saúde e o uso de máscaras, por exemplo, poderá deixar de ser aplicado. Porém o número de mortos pelo vírus no Brasil colocam o país na segunda posição do ranking de nações com mais mortes

Diferenças entre as fases epidemiológicas

Distinuir as etapas de disseminação de uma doença no ambiente social pode ser confuso. Surtos, pandemias e epidemias têm a mesma origem, mas o que muda é a escala da disseminação da doença



SURTO

Acontece quando há o aumento repentino do número de casos de uma doença, em uma região circunscrita. Para ser considerado surto, esse aumento deve ser maior do que o esperado pelas autoridades sanitárias;



EPIDEMIA

Se dá quando ocorre um aumento no número de casos de uma enfermidade, em diversas regiões, estados ou cidades, porém sem atingir níveis globais. Quando vários locais de uma mesma região estão em surto, a situação passa a ser epidêmica;



ENDEMIA

É quando a doença é recorrente na região, mas não há um aumento significativo no número de casos e a população convive com ela. Um exemplo é a dengue, que tem todo ano e segue um comportamento já esperado pelas autoridades de saúde — tal como a estimativa de infectados, que habitualmente fica dentro do projetado. Importante ressaltar que a endemia não está relacionada a uma questão quantitativa;



PANDEMIA

Representa que o aumento de infectados por uma enfermidade atinge níveis globais. Ou seja: o agente infeccioso se dissemina por diversos países e continentes, atingindo um grande número de pessoas.

Fonte: Instituto Butantan



A atribuição de reconhecer a pandemia é da OMS. O Decreto 7.616/2011 prevê condições e um rito administrativo para sua declaração

Nélio Fernandes, secretário de Saúde do Espírito Santo e representante do Conass

registrados pelo novo coronavírus. Fica atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com o levantamento da Universidade Johns Hopkins.

Precipitação

O secretário estadual de Saúde do Espírito Santo e vice-presidente da Região Sudeste do

Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Nélio Fernandes, salientou que a lei citada por Bolsonaro dispõe sobre as medidas que poderiam ser

adotadas em situação de emergência e não sobre reconhecimento de endemia.

“Uma pandemia se inicia e finaliza quando for determinada pelo diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, orientado pelo Comitê Consultivo de Emergências. O Regulamento Sanitário Internacional é vinculante aos signatários. A atribuição de reconhecer a pandemia é da OMS. O Decreto 7.616/2011 prevê condições e um rito administrativo para sua declaração. Para sua revogação, devem estar cessadas as condições que o motivaram”, destacou.

O vice-presidente da Sociedade de Infectologia do Distrito Federal, Alexandre Cunha, destacou que entre os principais fatores para determinar a mudança está a observação da redução de números de novos casos e o percentual de pessoas com esquema vacinal completo de três doses — para imunossuprimidos, de quatro aplicações. “Para conseguir a flexibilização, o número de casos precisaria estar em queda, como parece estar. O pico da ômicron já passou. No entanto, a parte da população estar plenamente vacinada ainda é um ponto frágil. Se, de um lado, a gente tem uma cobertura muito boa para vacinados, de outro, temos uma cobertura ruim para os vacinados com dose completa, o que é preocupante e pode levar ao aparecimento de novas ondas. Significa assumir um risco um pouco maior de aumentar a transmissão”, observou.

O pesquisador Daniel Villela, do Observatório da Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), explicou que “como a covid-19 ainda está acontecendo no mundo todo, ainda estamos em pandemia. A pandemia foi declarada pela OMS e vai ser a OMS que vai determinar quando ela acabar”.

Segundo o professor de epidemiologia da Universidade de Brasília (UnB) Edgar Merchan Hamann, apesar da melhora no cenário epidêmico nas últimas semanas, ainda é cedo para declarar o fim da pandemia. “Com os conhecimentos que temos sobre o coronavírus e com os níveis globais, não temos como determinar a situação endêmica no Brasil. Eu seria mais cauteloso em prever uma mudança de status”, disse.

Flexibilização das máscaras

Mesmo com o insistente alerta de especialistas de que o cenário epidemiológico no Brasil ainda é grave, já há estados e municípios avaliando abrir mão de uma das principais medidas de prevenção contra a covid-19: o uso da máscara. Um deles é o Rio de Janeiro: o governo do estado publicou, ontem, um decreto que faculta aos municípios a flexibilização do uso de máscara em lugares fechados — antes, para adotar a medida, era necessário o aval da Secretaria Estadual de Saúde.

“Em função da alta cobertura vacinal e de haver municípios com baixo risco para a doença, e outros ainda saindo da quarta onda da covid-19 provocada pela variante ômicron, caberá aos gestores municipais a decisão de liberar ou não o uso do equipamento de proteção individual”, diz o decreto do estado.

Um dos que devem adotar a flexibilização rapidamente é a capital fluminense. O Comitê Científico da prefeitura do Rio de Janeiro estuda desobrigar o uso da máscara, inclusive para locais fechados, e a decisão já pode entrar em vigor na próxima segunda-feira, segundo o secretário Municipal de Saúde, Daniel Soranz.

São Paulo pode anunciar, também na semana que vem, o fim do uso obrigatório de máscaras ao ar livre. Segundo o governador João Doria (PSDB), a medida será avaliada na terça-feira pelo comitê de especialistas que desde o início da pandemia de covid-19 auxilia o governo.

Integrantes do governo e do grupo científico são a favor da liberação provavelmente após o dia 10, desde que os índices de internações e mortes continuem a cair — e não tenha havido aumento no carnaval. O secretário estadual de Saúde, Jean Gorinchteyn, destaca que São Paulo apresenta queda de 62% nas internações nas enfermarias e de 52% nas internações nas unidades de terapia intensiva (UTIs). **(S e GB*, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)**

Leia mais na página 17

» Governo lança caderneta de doenças raras

Por conta da comemoração do Dia Mundial das Doenças Raras, o governo federal lançou, ontem, a Caderneta do Raro para orientar pacientes e parentes que buscam diagnóstico e tratamento de enfermidades pouco comuns no Sistema Único de Saúde. O lançamento foi no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. A Caderneta traz informações sobre o diagnóstico e o tratamento adequado para doenças raras, que atingem 13 milhões de pessoas no Brasil. O documento oferece, ainda, informações sobre os sinais de alerta e sintomas pouco comuns.

OBITUÁRIO

Luiz Pinguelli Rosa, 80 anos, engenheiro nuclear

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Pinguelli esteve à frente da Eletrobrás no 1º governo Lula

Mérito do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, em 2003.

A Coppe/UFRJ decretou luto

oficial por três dias. Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Estudos

do Setor Elétrico (Gesel), disse que Pinguelli teve papel importante para tornar a Coppe/UFRJ um centro de pesquisa de nível mundial. “As análises consistentes que fez sobre o apagão de 2001 ajudaram muito a estruturar o atual modelo do setor”, declarou.

Com formação em engenharia nuclear, Pinguelli participou do projeto da primeira usina nuclear brasileira, Angra 1. Nas redes sociais, a morte do cientista foi lamentada.

Para o pré-candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, Pinguelli “deu imensa contribuição para a evolução e defesa do sistema energético brasileiro, que hoje está sob ataque de entregadores do país”.

O também pré-candidato do

PDT à Presidência, Ciro Gomes, escreveu sobre o professor: “Lamento muito o falecimento do grande físico e meu amigo Luiz Pinguelli Rosa. Seu trabalho, sua pesquisa e seu exemplo são maravilhosos para o Brasil”, disse.

A ex-presidente Dilma Rousseff destacou que “Pinguelli foi um homem à frente do seu tempo, um visionário defensor da ciência e do país. Foi um nacionalista que colocou o Brasil e os interesses do povo no centro de todo o seu trabalho intelectual e científico”.

Já a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), publicou que Pinguelli foi “exemplo de militância pela justiça social, pela ciência e pelo desenvolvimento do Brasil com autonomia e plena democracia”.